

## Lei de Falências deve priorizar créditos trabalhistas, diz Tebet

A prioridade para o pagamento de créditos trabalhistas em caso de falência das empresas deve ficar clara no relatório de Ramez Tebet. A Comissão de Assuntos Econômicos debate hoje a proposta de nova legislação com os presidentes das quatro principais confederações: Armando Monteiro, da Indústria; Antônio Oliveira Santos, do Comércio; Clésio Andrade, dos Transportes; e Antônio Salvo, da Agricultura.

Página 3



**INFORMAÇÕES** Sob a presidência de Ramez Tebet (centro da mesa, à esquerda), comissão realiza série de audiências sobre a proposta para a nova Lei de Falências

### Infra-Estrutura analisa modelo do setor elétrico

A Comissão de Infra-Estrutura debate hoje o modelo proposto pelo governo federal para o setor elétrico. A reunião começa às 10h. Haverá audiência a partir das 11h.

Página 4

### Plenário pode decidir hoje sobre três medidas provisórias

Página 4

### Thomaz Bastos discute reforma do Judiciário

A Comissão de Constituição e Justiça ouviu hoje, a partir das 9h30, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sobre a proposta de reforma do Judiciário.

Página 4

## Recurso de Calixto é indeferido pela Mesa

O 3º secretário do Senado, Heráclito Fortes (PFL-PI), informou ontem ao Plenário que a Mesa do Senado indeferiu o recurso de Mário Calixto a resolução que declarou nulo o ato da sua posse na Casa. De acordo com a decisão da Mesa, na data da posse como suplente do senador licenciado Amir Lando, Mário Calixto já estava com os direitos políticos suspensos.

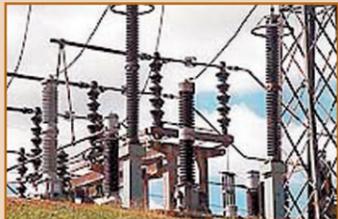
No recurso, os advogados de Calixto pedem que o presidente do Senado casse a decisão da Mesa, ou assegure o direito de retratação à Mesa ou, então, submeta o recurso ao Plenário, para que este tenha condições de cassar a determinação da Mesa.

Por unanimidade, os senadores que integram a Mesa responderam que, nos casos de suspensão de direitos políticos, a decisão cabe exclusivamente à Mesa, como determina a Constituição.

– A única diferença reside na natureza de ambos: para a perda de mandato há um processo; na decisão administrativa de declaração de nulidade de posse, não há processo, pois a administração está autorizada a declarar nulo um ato viciado – explica a nota da Mesa.

A prévia suspensão dos direitos políticos, ocorrida anteriormente à data da posse, tornou-se fator impeditivo da própria posse, uma vez que os efeitos da suspensão atingem todos os direitos políticos, sobretudo os de representação popular, que envolvem não somente o mandatário, mas um conjunto de cidadãos.

# Agenda



## Plenário decide novo modelo elétrico

Os senadores devem votar hoje, em sessão marcada para as 14h30, dois projetos de lei de conversão que propõem um novo modelo elétrico. Os projetos – PLV 1/04 e 2/04 – dispõem, respectivamente, sobre a comercialização da energia e sobre a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). As propostas se originaram de duas medidas provisórias (MPs 144 e 145/03) aprovadas pela Câmara dos Deputados no último dia 28.

## Representantes de confederações debatem Lei de Falências

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) retoma hoje, a partir das 10h, a série de audiências públicas para discutir o projeto de Lei de Falências

(PLC 71/03). Foram convocados para participar do encontro os presidentes das confederações nacionais da Indústria (CNI), Armando de Queiroz Monteiro

Neto; do Comércio (CNC), Antônio Oliveira Santos; dos Transportes (CNT), Clésio Andrade; e da Agricultura (CNA), Antônio Ernesto Werna de Salvo.

## Márcio Thomaz Bastos fala hoje no Senado

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, participa de audiência pública hoje, às 9h30, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Trata-se do terceiro debate sobre a reforma do Judiciário (PEC 29/00) realizado pelo colegiado. Amanhã, às 10h, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Maurício Corrêa, será ouvido pelos parlamentares.



## Audiências públicas discutem mudanças no setor energético

Os senadores da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) discutem hoje, às 10h, as mudanças no modelo elétrico proposto pelos projetos de lei de conversão em análise no Plenário. Às 11h, a Comissão realiza audiência pública para debater

os projetos com a presença dos presidentes da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Luiz Carlos Guimarães, e da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (Cbiee), Cláudio Sales.



## Relatório de Saturnino pode ser votado na CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou para hoje, às 14h30, a votação do relatório do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) ao projeto (PLN 30/03) do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, que detalha os investimentos do governo durante o período. A proposta está na pauta da CMO desde o final de 2003, mas ainda não foi votada por falta de quórum entre os senadores.

## Radiodifusão em pauta

Amanhã, às 10h, a Comissão de Educação (CE) realiza a primeira reunião da convocação extraordinária. Na pauta, 60 projetos de decreto legislativo sobre atos de outorga e renovação de concessões para a exploração de radiodifusão de sons e imagens e autorizações para a exploração de radiodifusão comunitária.

## CRE detalha migração ilegal

Na reunião desta quinta-feira, às 10h, a Comissão de Relações Exteriores deve ouvir a exposição dos senadores Hélio Costa (PMDB-MG) e Marcelo Crivella (PL-RJ) sobre a repatriação de 900 brasileiros presos nos Estados Unidos por migração ilegal. Cerca de 200 repatriados já chegaram ao Brasil.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**



**INSATISFAÇÃO** Eduardo mostra carta aberta dirigida ao ministro da Justiça

## Palmas não quer presídio de segurança, diz Eduardo

Ao posicionar-se contra a construção, pelo governo federal, de um presídio de segurança máxima em Palmas (TO), o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu a transcrição nos Anais do Senado de carta aberta encaminhada pelo ex-governador do estado, José Wilson Siqueira Campos, ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Segundo Eduardo, estudantes, políticos e diversos representantes de segmentos civis do estado já manifestaram sua insatisfação com a possibilidade. Ele registrou que a construção do presídio de segurança máxima levaria para a cidade todo um contexto negativo que a população não está disposta a aceitar. Por outro lado, o senador expressou seu apoio às demais medidas que o governo Luiz Inácio Lula da Silva está tomando para combater a violência no país.

Ao citar a carta assinada pelo ex-governador, Eduardo destacou que Palmas possui a maior população jovem do país. Em torno de 62,5% dos habitantes daquela capital têm até 29 anos. Ele também observou que o índice de criminalidade e de violência registrado em Palmas é dos mais baixos do país e que o estado foi o primeiro a adotar políticas públicas destinadas à juventude.

– O estado do Tocantins não merece sediar um presídio de segurança máxima. Nós não produzimos a violência que resulta na necessidade da construção desse tipo de presídio. Inserir Palmas nesse contexto atenta contra os princípios que criaram o Tocantins. O governo não pode penalizar nossa capital – declarou o senador.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## LEI DE FALÊNCIAS

Comissão ouve hoje, a partir das 10h, dirigentes de entidades empresariais sobre o projeto, que, segundo Ramez Tebet, deverá ser votado pelo Plenário neste semestre



**SUGESTÕES** Com o objetivo de colher mais subsídios, CAE vem discutindo projeto em audiências públicas

# Tebet quer tornar clara a prioridade do empregado

A garantia de prioridade para o pagamento dos créditos trabalhistas nos processos de falência e de recuperação judicial de empresas deve ficar explícita no substitutivo que o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apresentará à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo afirmou à Agência Senado, as audiências realizadas pela CAE mostraram que é preciso não deixar margem que suscite dúvidas sobre a preferência no pagamento de créditos de natureza alimentar.

– Houve uma posição praticamente unânime em relação a essa questão – disse, esclarecendo que não foi apenas um pedido das duas maiores entidades sindicais do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, ouvidas na semana passada. Outro aspecto do projeto de lei que parece estar resolvido é o da fixação de um limite para o pagamento dos créditos trabalhistas nos processos falimentares, explicou. As duas centrais defenderam a definição de um teto durante a audiência na comissão.

Ramez Tebet afirmou que

houve mudança de posição das entidades em relação aos debates promovidos na Câmara, quando os representantes dos trabalhadores se opuseram à fixação de teto, com receio de que isso acarretasse prejuízos para os assalariados. As propostas que estavam na mesa de negociação variavam entre valores equivalentes a 150 ou 200 salários mínimos e um limite único de R\$ 30 mil. Agora, na comissão

**Para senador, é preciso não haver dúvida sobre preferência do crédito trabalhista**

do Senado, a CUT reivindicou um teto de 500 salários mínimos (R\$ 120 mil) e a Força Sindical 200 salários mínimos (R\$ 48 mil).

Ele revelou que ainda não tem uma opinião formada sobre qual seria o valor, mas salientou que o valor médio das indenizações fixadas pela Justiça do Trabalho é de R\$ 2,5 mil, o que desaconselharia a fixação de um limite nas proporções solicitadas pela CUT, por exemplo. Entretanto, é exatamente essa estatística do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que deve patrocinar uma outra alteração no texto aprovado na Câmara. O parlamentar obser-

vou que não é possível com esses dados admitir o parcelamento do crédito trabalhista em até um ano, como está no projeto de lei.

### Operações cambiais

A reivindicação das centrais sindicais de derrubar o dispositivo que assegura o pedido de restituição dos recursos emprestados na modalidade de adiantamento de contrato de câmbio para os exportadores (ACC), com preferência sobre todos os credores, não deverá ser atendida pelo relator. Além da posição contrária de outros senadores, como Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Ramez Tebet também é de opinião que o artigo 28 do projeto de lei (PLC 71/03) deve ser mantido, mas com regras que não deixem dúvidas sobre o alcance dessa medida.

– É claro que existe diminuição de recursos. Mas o objetivo maior é o de recuperar a empresa, assegurando os empregos e os salários. O ACC é importante instrumento de crédito para os exportadores. É um dinheiro que eles recebem adiantado para poder concluir suas operações de venda ao exterior. Sem ele, muitas empresas quebrariam – avaliou o parlamentar.

## Nova lei pode ampliar o tratamento às micro

O Senado poderá ampliar o tratamento diferenciado concedido às micro e às pequenas empresas na legislação que regula as falências e institui a recuperação judicial e extrajudicial de devedores com atividade econômica regida pelas leis comerciais.

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet, admitiu em entrevista à Agência Senado estar disposto a fazer modificações no texto aprovado na Câmara dos Deputados para atender algumas reivindicações apresentadas pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Tebet destacou a importância das empresas de menor porte para a geração de emprego e renda no país. Com dados por elas apresentados, lembrou que o segmento representa 99% dos 5,57 milhões de empreendimentos formais estabelecidos no Brasil em 2001. Além disso, respondem por

41,4% da oferta de empregos, aproximando-se das grandes empresas (46%) e muito à frente das de médio porte (12%).

O relator disse que o pedido da CACB para ajuste do pagamento do passivo trabalhista à capacidade de a empresa saldar os seus compromissos nos processos de recuperação judicial e extrajudicial é uma proposta óbvia, que já está contemplada no projeto de lei. Mas salientou que vai analisar com atenção especial a reivindicação das associações comerciais, de aumentar o prazo de pagamento dos débitos de 36 meses para 60 meses nos processos de recuperação judicial.

### Fraudes

Tebet voltou a defender o agravamento das penas quando forem comprovadas fraudes nos processos falimentares. Há casos como o de apropriação indébita da contribuição previdenciária e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), tratados no Código Penal, que poderão estar previstos na nova Lei de Falências com punições agravadas.

## Audiência em comissão reúne confederações

Ainda neste semestre, o Plenário pode votar o projeto de nova Lei de Falências. Essa é a previsão do relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Ramez Tebet, que deve apresentar o seu parecer entre março e abril. O projeto, que acaba com a concordata e institui no seu lugar a recuperação judicial e extrajudicial de empresas, será também submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de ir ao Plenário.

Hoje, a partir das 10h, a CAE ouve, em audiência pública, o deputado federal Armando Monteiro (PTB-PE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e Clésio Andrade, da Confederação Nacional dos Transportes (CNT). A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) deve ser representada por Luiz Antônio Muniz Machado e a Confede-

ração Nacional do Comércio (CNC) por Cécilio Augusto de Freitas Esteves.

Na quinta-feira, no mesmo horário, comparecerá o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Paulo Safady Simão. Além dele, estará presente representante da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag), Luigi Verardo.

A série de audiências para colher as sugestões que poderão ser incorporadas ao substitutivo de Ramez Tebet deve prosseguir até março, pelas previsões do próprio relator. O parlamentar afirmou que fará um balanço das sugestões colhidas ao longo das várias audiências realizadas durante o período da convocação extraordinária do Congresso, para aprimorar as mudanças instituídas pela Câmara dos Deputados no ano passado.

# Plenário deve votar MPs que mudam setor elétrico

Medidas provisórias criam câmara para negociar energia e empresa para planejar os investimentos

Em sessão deliberativa que será realizada hoje, às 14h30, o Plenário deve votar projeto de lei de conversão (PLV 1/04) proveniente da Medida Provisória 144/03, que propõe um novo modelo elétrico para o país.

A MP 144 autoriza a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de viabilizar a comercialização de energia elétrica.

Também está na pauta de hoje o PLV 2/04, que autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A EPE tem por finalidade realizar estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento do setor energético.

Antes da medida provisória do setor elétrico, no entanto, serão colocadas em votação duas MPs que foram editadas anteriormente, tendo, por isso, prioridade.

Uma das mediadas provisórias, a de nº 139, foi editada para resolver a polêmica em torno do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto aprovado no Congresso Nacional que permitia a transferência de parcela do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para as entidades sem fins lucrativos que cuidam de



**SEMANA CHEIA** Plenário do Senado também vai decidir sobre verbas do Fundef, empréstimos a capitais e convênios internacionais

pessoas com deficiências. A de nº 140 cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira.

Outras duas matérias a serem votadas na mesma sessão são: o projeto de decreto legislativo que aprova o texto do acordo entre os governos do Brasil e da Bolívia para a construção de uma ponte sobre o Rio Acre; e o que aprova o texto do 11º protocolo adicional ao acordo de complementação econômica firmado entre os governos dos Estados-Partes do Mercosul e o governo da Bolívia.

Amanhã, entra em pauta o projeto de resolução que autoriza a prefeitura de Curitiba a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 80,04 milhões destinada a financiar o Programa de Transporte Urbano de Curitiba II.

Ainda na sessão de amanhã,

há dois projetos de decreto legislativo na ordem do dia: o que aprova o texto da Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos; e o que aprova o texto do acordo de cooperação financeira para a execução de projetos na área de preservação das florestas tropicais, celebrado entre os governos do Brasil e da Alemanha.

O último item a ser analisado na sessão de amanhã é o que autoriza a prefeitura de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 100,4 milhões, destinada a financiar o Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo (Procentro).

## Discussão e audiência pública na comissão

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) promoverá hoje duas reuniões com o objetivo de debater o novo modelo de energia elétrica proposto pelo governo federal. As reuniões ocorrerão no mesmo dia em que o Plenário do Senado deverá deliberar sobre as duas medidas provisórias apresentadas pelo Executivo e que modificam o setor. A primeira reunião da CI está marcada para as 10h, na qual haverá discussão entre os senadores sobre o setor elétrico. Às 11h, começa

uma segunda reunião para a realização de audiência pública com seis especialistas para debater o tema. O requerimento determinando a realização da audiência foi apresentado pelos senadores José Jorge (PFL-PE) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Foram convidados o presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter; o diretor-presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales; o diretor-presidente da Associ-

ação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Luiz Carlos Guimarães; o presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), Eric Westberg; o vice-presidente da Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Antônio Manuel Rocha, e o presidente da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), Paulo Cezar Coelho Tavares.

## Bastos e Corrêa analisam a reforma do Judiciário

Na última semana da convocação extraordinária, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai completar a seqüência de audiências públicas marcadas para instruir a proposta de emenda à Constituição (PEC 29/00) que reforma o Poder Judiciário: hoje, às 9h30, será ouvido o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e amanhã, às 10h, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Maurício Corrêa.

A criação do Conselho Nacional de Justiça para realizar o controle externo do Judiciário vem se destacando como o tema de maior polêmica na reforma do Judiciário. Enquanto o governo federal, inclusive Thomaz Bastos, defende que o conselho tenha representantes da sociedade civil, de acordo com a PEC aprovada pela Câmara, magistrados, como o presidente do STF, defendem que o órgão tenha apenas membros do Judiciário.

A adoção da súmula vinculante, pela qual decisões do STF e dos tribunais superiores têm que ser seguidas pelas demais instâncias, é outro ponto controverso da reforma. A iniciativa tem como objetivo agilizar a Justiça e garantir que processos e recursos não se multipliquem nas instâncias inferiores. Mas os críticos da medida consideram que, se adotada, irá acabar com a autonomia de juízes e desembargadores. A reforma



**EXCLUSIVIDADE** Maurício Corrêa defende conselho apenas com membros do Judiciário

inclui ainda regras mais rígidas contra o nepotismo, para o ingresso na magistratura e para a promoção dos juízes.

Os senadores da comissão já ouviram na convocação extraordinária o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, e o vice-presidente do STF, ministro Nelson Jobim. Diferentemente de Maurício Corrêa, Nelson Jobim, que assume a presidência do Supremo em maio, é favorável à participação da sociedade civil no Conselho Nacional de Justiça.

Depois de realizadas as audiências públicas, o relator da PEC da reforma do Judiciário, senador José Jorge (PFL-PE), vai apresentar seu relatório à Comissão de Constituição e Justiça.

Para chegar a seu parecer, o senador José Jorge analisou sugestões apresentadas por todos os senadores.

## Orçamento pode votar relatório de Saturnino

A Comissão Mista de Orçamento deve votar hoje, a partir das 14h30, o Plano Plurianual (PPA), que contém todos os investimentos que a União fará até o final de 2007. A discussão e a votação do PPA deveriam ter sido realizadas na semana passada, mas não houve número de parlamentares suficiente para a deliberação da matéria.

O relator, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), é favorável à aprovação da matéria na forma de substitutivo. Ele informou que não pretende retirar de seu parecer, já concluído, a sugestão de queda gradual do superávit primário (receita menos despesa excluindo o pagamento de juros) nos próximos três anos. Com isso, previu, os in-

vestimentos da União poderiam aumentar em cerca de R\$ 27,9 bilhões.

Um dos setores que deve receber o maior volume de recursos é o de energia: R\$ 162,7 bilhões até 2007. Em seguida vem o setor de saúde, com R\$ 133,5 bilhões. Para combater o déficit habitacional brasileiro, o PPA prevê investimentos de R\$ 21,1 bilhões. Os programas de saneamento também terão atenção especial e devem receber R\$ 12,6 bilhões, valor quase igual ao que está orçado para a área de urbanismo – R\$ 12,7 bilhões.

A comissão deve analisar ainda cinco avisos com resultados de auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU).

## ENCHENTES

Os efeitos das inundações continuam a mobilizar senadores. Marco Maciel cobra a liberação de recursos e Mão Santa critica Lula. Já Garibaldi vê dias melhores, após as chuvas, se reservatórios forem bem gerenciados



**MEDIDAS** Bem gerenciados, reservatórios poderão garantir água, assegura Garibaldi Alves

### Garibaldi vê o lado positivo das chuvas, após enchentes

Apesar dos danos causados em muitos municípios pelas enchentes que ainda afetam a Região Nordeste, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) mostrou-se ontem esperançoso em relação aos benefícios que as fortes chuvas trarão para a agricultura e a pecuária das regiões tradicionalmente assoladas pelas secas. No semi-árido nordestino, assinalou, “cinza e o ruído das folhas secas cederam lugar ao verde e ao canto dos pássaros, ao mesmo tempo em que os rebanhos recobriram suas forças e os lavradores retomaram o cultivo dos roçados”.

– Mais que tudo, os reservatórios estão sendo rapidamente recompostos e, se bem gerenciados, poderão garantir água para os diversos usos por muito tempo – disse Garibaldi Alves.

Para o senador, 464 reservatórios de grande porte nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe têm capacidade de armazenamento de água de 94 bilhões de metros cúbicos. E já estão “sangrando”.

Garibaldi lembrou que no passado a falta de legislação relativa aos recursos hídricos levava a um grande desperdício de água. A partir de 1997, com a sanção da Lei 9.433 (Lei das Águas) e, posteriormente, com a aprovação de leis estaduais tratando do mesmo tema, o Brasil passou a dispor de uma legislação das mais modernas e eficientes no mundo, afirmou o senador.

## Maciel pede ajuda para desabrigados do Nordeste

O senador Marco Maciel (PFL-PE) pediu ontem a liberação de recursos pelo governo federal para atender a hospitais, escolas, agricultores, pecuaristas e, principalmente, os desabrigados pelas intensas chuvas que atingem os estados nordestinos. Só em Pernambuco, citou, mais de 19 mil pessoas perderam suas moradias com as enchentes.

O parlamentar lamentou também os prejuízos econômicos trazidos pelas chuvas. Além de inúmeras barragens destruídas, há em Pernambuco 473 quilômetros de trechos rodoviários danificados, que vêm sendo recuperados emergencialmente pelo governo do estado. As obras estão sendo feitas inclusive em estradas fe-



**ATENÇÃO** O governo deve olhar para o drama do povo nordestino, cobra Marco Maciel

derais, salientou o senador Marco Maciel.

– Esperamos que o governo

federal, atento ao drama do povo nordestino, seja sensível e possa ajudar liberando recursos e associando-se a ações dos governos estaduais e dos municípios, para que se possa o mais rapidamente possível recuperar os danos causados pela enchentes – afirmou o senador.

O representante pernambucano citou sua participação em reunião, na última sexta-feira, com o governador Jarbas Vasconcelos (PMDB), seu secretariado, parlamentares federais e estaduais e prefeitos e lideranças comunitárias. Ele entregou à Mesa do Senado cópia do relatório em que o governo pernambucano sintetiza suas prioridades, encaminhado ao governo federal.



**FLAGELO** Mão Santa informa que 90 cidades estão isoladas por causa das chuvas

### Mão Santa elogia água do Piauí que Lula não quis beber

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou as palavras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sua visita ao estado do Piauí. De acordo com o parlamentar, o presidente Lula desdenhou e rejeitou água piauiense que lhe foi oferecida em sua passagem pelo estado, na ocasião em que foi ver pessoalmente as enchentes no Nordeste. Em troca, lhe deram uma garrafa de água mineral do Ceará.

O senador afirmou que o Piauí tem 19 rios, seis deles perenes, e mais de 100 lagoas, sendo o estado nordestino que mais tem água. Para ele, a qualidade e a oferta da água piauiense são bem melhores do que as do Ceará.

Mão Santa leu trechos de uma reportagem publicada pelo jornal *O Globo*, segundo a qual 25 pessoas já morreram no Piauí. A publicação relata que 90 cidades estão isoladas e em outras 95 foi decretado o estado de emergência. Foram atingidas pelas chuvas 60 mil pessoas, em 176 dos 222 municípios do estado.

Ao lamentar as palavras do presidente da República, Mão Santa pediu a Deus “que ele seja feliz nas ações de emergência para o Piauí”. O senador advertiu que a temporada de chuvas no norte do estado ainda está para ocorrer, o que pode comprometer um número maior de municípios. Ele lamentou também que o presidente Lula tenha atribuído as dificuldades no estado ao que chamou de “descaso de governantes anteriores”.

## José Jorge diz que Pernambuco enfrenta a situação mais crítica

Ao elogiar a atuação do governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos (PMDB), por socorrer com presteza os flagelados das enchentes, o senador José Jorge (PFL-PE) criticou a inércia do governo federal em prestar socorro ao estado, segundo ele o mais duramente atingido pelas chuvas. “O estado precisa de mais do que as meras ações assistencialistas emergenciais”, disse.

José Jorge anunciou que vai enviar requerimento ao Executivo pedindo uma série de medidas, entre as quais citou a liberação de recursos para a reconstrução das estradas federais e a criação de uma linha de apoio para estados e municípios recuperarem estradas destruídas. O senador quer tam-

bém que o governo faça um programa emergencial para a recuperação ou construção de habitações para os desabrigados.

A construção de barragens sucessivas nos rios Ipojuca, Ipanema, Una e Capibaribe, com base em estudos já existentes, para aumentar a disponibilidade hídrica de Pernambuco, é outra providência requerida pelo senador.

O parlamentar acrescentou ainda que o governo deve liberar recursos para os municípios recuperarem os barreiros e os pequenos açudes, prestar apoio financeiro para a recuperação de escolas e hospitais e determinar o pagamento aos municípios e aos estados nordestinos das verbas orçamen-



**ATRASSO** José Jorge critica a inércia do governo em prestar socorro ao seu estado

tárias contingenciadas em 2002, 2003 e no atual orçamento. Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) se associou às reivindicações do senador pernambucano.

### ▼ Janeiro foi um mês atípico na região

De acordo com informações do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), em janeiro o Nordeste chegou a receber até oito vezes mais chuva do que a média histórica para este mês. Em Petrolina, foram quase 700 mm, contra a média de 75 mm, um aumen-

to de mais de 800%.

No sertão nordestino, em que a média anual de chuvas é inferior a 750 mm, a precipitação ultrapassou 300 mm somente em janeiro, sendo que em 12 municípios cearenses o total superou 500 mm. Os estados mais afeta-

dos foram Piauí, Ceará, Bahia e Maranhão.

No último domingo, 178,4 mil pessoas foram atingidas pelas chuvas ou tiveram que abandonar suas casas, em 644 municípios nordestinos, segundo o Ministério da Integração Nacional.



**AVALIAÇÃO** Para Alvaro Dias, governo atual apresenta um quadro desolador

## Alvaro não crê em recuperação este ano

Do ponto de vista do crescimento e da geração de emprego e renda, "elementos fundamentais em qualquer política econômica", o governo Luiz Inácio Lula da Silva apresenta-se desolador, afirmou em Plenário o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). O parlamentar disse que a ação governamental anda na contramão dessas expectativas, apesar de o presidente da República e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, "terem antevisto 2004 como o ano da retomada do crescimento".

O parlamentar lamentou o corte de R\$ 6 bilhões a ser efetuado no Orçamento Geral da União deste ano, medida cujo impacto negativo, na sua opinião, não ficará restrito ao setor público. "Esse contingenciamento vai contagiar toda a cadeia produtiva", alertou.

Dados sobre a retração de alguns setores econômicos e seus reflexos sobre o emprego e a remuneração dos trabalhadores foram mencionados por Alvaro Dias para reforçar seu descrédito em relação à recuperação da econo-

mia brasileira. Enquanto a produção industrial cresceu apenas 0,3% no primeiro ano da gestão petista, situação atrelada à elevação dos juros e à queda no poder aquisitivo da população, a indústria do cimento amargou uma queda de 11% em seus negócios em 2003, assinalou.

Quanto ao mercado de trabalho, ele apontou uma elevação, no atual governo, de 51,7% no contingente de trabalhadores sub-remunerados – categoria que recebe menos de um salário mínimo por mês.



**OTIMISMO** João Ribeiro ressalta êxito de missão comercial brasileira ao Oriente

## João Ribeiro: Ásia começa a aceitar a carne brasileira

Os países asiáticos começam a aceitar a carne bovina e de frango do Brasil, o que pode aumentar rapidamente as vendas brasileiras para a região, informou o senador João Ribeiro (PFL-TO), ao destacar o sucesso de missão brasileira que visitou recentemente a Coreia do Sul, Japão e Taiwan. O parlamentar disse que, atualmente, aquelas nações dão preferência à carne dos Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia.

Segundo o senador, a Coreia acenou com a possibilidade de importar, ainda este ano, 50 mil toneladas de carne de frango, um negócio de aproximadamente US\$ 80 milhões. Já Taiwan se comprometeu a estabelecer uma pauta de compra de carne bovina brasileira. O Japão também se mostrou interessado nos produtos do país, relatou. Ele afirmou que o Tocantins foi representado na missão pelo vice-governador e secretário de Agricultura, Raimundo Nonato Pires, e pelo presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos, João Stival.

Conforme João Ribeiro, o Brasil produz por ano 6,9 milhões de toneladas de carne bovina e exporta 1,4 milhão de toneladas. O setor pretende aumentar as vendas para o exterior em 600 mil toneladas nos próximos dois anos.

### Presídio

João Ribeiro também apoiou o protesto do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) feito pouco antes, em discurso, contra a construção de um presídio de segurança máxima em Palmas.

– A população do Tocantins está revoltada. Nós vamos gritar contra. Vou ao ministro da Justiça pedir que não se faça essa obra no nosso estado. Queremos investimentos e não presos de alta periculosidade.

# Paim aponta sinais concretos de retomada do crescimento brasileiro

Índices positivos na agricultura, no comércio e nos serviços são destacados por senador

Fotos: Roserelt Pinheiro



**REFLEXO** Ampliação da GM em Gravataí criará 1.500 empregos diretos, informa Paulo Paim

A decisão da General Motors de investir US\$ 240 milhões na ampliação de sua fábrica em Gravataí (RS) foi comemorada, em discurso, pelo senador Paulo Paim (PT-RS), para quem a iniciativa é uma prova concreta de que o Brasil entrou, de fato, em fase de crescimento econômico. Ele destacou que a medida vai gerar 1.500 empregos diretos no estado.

De acordo com Paim, os boatos ocorridos na semana passada sobre demissão do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, prontamente desmentidos, não chegaram a

comprometer a coerência do governo "e foram um caso típico de situação para o costumeiro ganho dos especuladores financeiros".

O senador registrou sua confiança nos indicadores positivos da economia brasileira,

que, a seu ver, apontam para a retomada do crescimento na agricultura, no comércio e nos serviços em geral.

Ele reconheceu que a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de bloquear a compra da Garoto pela Nestlé tumultuou os mercados, mas afirmou que o caso chegará a um bom desfecho, permitindo manter os empregos nas duas fábricas. Mesmo os problemas da Parmalat, que deixou 100 mil produtores de leite em dificuldades, poderão ser resolvidos, se houver empenho das partes envolvidas, observou o senador.

Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) considerou a decisão do Cade "precipitada" e disse esperar que ela venha a ser revertida, para não criar desemprego no Espírito Santo. O senador Ramez Tebet (PMDB-

MS) observou que a decisão do Cade, tomada três anos depois da fusão Garoto/Nestlé, foi prova de incompetência. Para o parlamentar, a falta de uma política econômica afasta os investidores potenciais e prejudica o país.

### Discriminação racial

Paim protestou contra a violência policial e discriminação racial que culminaram no assassinato do dentista negro Flávio Ferreira Santana, em São Paulo. Ele foi morto por PMs no último dia 3, depois de ter sido apontado, erroneamente, como um assaltante. Os policiais executaram o dentista com dois tiros no peito.

– Os policiais atiraram primeiro, para depois constatar que a vítima era inocente – observou Paulo Paim, exigindo punição exemplar dos policiais envolvidos.

## Tebet critica cortes no Orçamento e pede mudança na política econômica

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) protestou, ontem, contra a decisão do governo de cortar R\$ 6 bilhões no Orçamento para 2004. A medida trará desesperança para os congressistas, que contavam com esse dinheiro para dinamizar a economia de seus municípios e de seus estados. "É preciso ousar mais e economizar menos", declarou.

Para Tebet, todos querem crescimento econômico, com mais renda e mais emprego, mas isso não será conseguido

com manutenção de juros altos, falta de investimentos públicos em setores geradores de mão-de-obra, como a construção civil, e dificuldades de financiamento para empresas.

– O Brasil parece estar numa encruzilhada, precisando tomar decisões mas tolhido pelas circunstâncias. Foi o caso do ex-presidente Fernando Henrique, que precisava mexer no câmbio, mas segurou a medida por causa da reeleição. Foi o caso do presidente José Sarney, que devia acabar com o conge-

lamento de preços, mas não podia fazê-lo por causa das eleições. O que estará impedindo o governo de empurrar a economia? – indagou.

Ao fim do pronunciamento, Tebet mostrou-se otimista, apesar de tudo, mas ponderou que o "espetáculo do crescimento" não virá com a atual política. Ele comentou que, sem mais firmeza, coerência e segurança, os investimentos estrangeiros e nacionais não se materializarão.

Em aparte, o senador Alber-



**DILEMA** Segundo Ramez Tebet, Brasil parece se encontrar numa encruzilhada

to Silva (PMDB-PI) solidarizou-se com Tebet, afirmando que o corte no Orçamento atingirá as emendas dos parlamentares, muitas delas destinadas à reparação de estradas.

Roosevelt Pinheiro



**MOEDA DE TROCA** Para Antero, mudança no ministério serviu para compor base de sustentação

## Reforma mostra fracasso na área social, afirma Antero

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um fracasso justamente na área em que se esperava que obtivesse bons resultados: a social. Segundo o senador, o fracasso foi assumido publicamente pelo governo com a reforma ministerial, quando foram substituídos justamente os responsáveis pelos programas de combate à fome, assistência social, previdência, trabalho, educação e ciência e tecnologia.

Antero lamenta ainda que o presidente Lula tenha perdido a oportunidade de promover um enxugamento da estrutura administrativa, inchada pelo excesso de ministérios, de secretarias e de cargos de confiança. “A reforma ministerial serviu apenas para compor uma base de sustentação parlamentar, tendo ministérios e cargos como moeda de troca”, criticou o senador.

Ele pediu a transcrição nos Anais do Senado de um editorial do jornal *Valor Econômico*, em que são apontados exatamente o desperdício da oportunidade de maior racionalidade administrativa e o descaso com setores importantes como ciência e tecnologia.

# Arthur Virgílio critica autoritarismo de Lula

■ Senador condena ainda embaixador brasileiro que comparou a Alca a uma “odalisca de cabaré barato”

Depois de 15 dias afastado do Congresso por uma crise de asma, o senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, reassumiu com um discurso em que acusou o presidente Lula de autoritário, por ter mandado um repórter “encher a boca de castanha” ao invés de fazer perguntas.

– Fazendo isso, para não responder a perguntas de jornalistas, o presidente está revelando seu lado autoritário – disse.

O senador criticou pesadamente o embaixador do Brasil nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), Adhemar Bahadrian, que comparou a Alca a uma “odalis-

Roosevelt Pinheiro



**ATITUDE** Membros do governo “querem ser grosseiros como o chefe”, diz Arthur Virgílio

ca de cabaré barato, que, à noite, sob aquela luzinha calma, você acha uma deusa, mas, de dia, não é a mesma coisa e às vezes não é nem mulher”.

– Eu fui aluno do embaixador Bahadrian no Instituto Rio Branco. Ele era e é um bona-

chão. Ele percebeu que os tempos agora exigem uma linguagem chula – afirmou Arthur Virgílio. Para ele, “acabam de descobrir uma nova forma de bajulação. Agora, querem ser grosseiros, como o chefe”.

O líder do PSDB comentou pesquisa do Ibope indicando que 70% dos entrevistados querem que o presidente viaje menos ao exterior. A pesquisa mostrou que Lula “não é visto mais como o melhor presidente, apesar de estar no poder e de ter a máquina de mídia a seu favor”. Fernando Henrique Cardoso é apontado como o melhor presidente, seguido de Juscelino Kubitschek. Em quarto lugar é lembrado o ex-presidente José Sarney.

Pouco antes, ao explicar sua ausência do Senado por causa da doença, Arthur Virgílio apoiou o movimento para desvendar o assassinato de fiscais do trabalho em Unai (MG).



**MEXICANIZAÇÃO** PT faz de tudo para obter maioria no Congresso, censura Demostenes

## Demostenes: Fome Zero nas metrópoles atrai migrantes

O anúncio do governo de que vai concentrar agora nas grandes cidades o programa Fome Zero foi recebido com descrença pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO). Para ele, a decisão poderá piorar o quadro das metrópoles, pois o programa tenderá a atrair para suas periferias novos contingentes de migrantes. “Esse foco está errado”, sustentou.

Demostenes leu trechos de artigos publicados no final de semana, todos com críticas à política do governo. Primeiro, ele leu notícia do jornal *Folha de S.Paulo*, segundo a qual o governo Lula pagou, no primeiro ano, R\$ 2,3 bilhões de juros sobre depósitos compulsórios dos bancos.

– O governo pagou para que os bancos não emprestassem dinheiro. É ou não é um governo de mesmice? – questionou.

O senador afirmou que o Brasil “está vivendo um processo de mexicanização”, onde o PT faz de tudo para obter maioria no Congresso. O senador citou artigo de Carlos Heitor Cony: “No afã em formar uma maioria cada vez maior, revela o óbvio: Lula não tem um programa, mas um conjunto de idéias simpáticas que continuarão simpáticas e nunca realizadas”.

## Ideli saúda 24 anos de criação do PT

O PT está completando 24 anos, saudou ontem a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que lembrou a frase “não ousem duvidar da capacidade da classe trabalhadora”, de Luiz Inácio Lula da Silva, ao tomar posse na Presidência da República. A mesma frase foi dita na fundação do partido, em 10 de fevereiro de 1980, disse.

Para Ideli, o partido não pode esquecer que chegou ao Planalto por uma aliança com os partidos de centro-esquerda e deve ter os pés no chão, para não perder a oportunidade histórica de alcançar seus sonhos.

De acordo com a senadora, o patrimonialismo ainda caracteriza as instituições nacionais, tanto que, acrescentou, se desafiasse os parlamentares a

aprovarem o confisco de terras dos que mantêm trabalho escravo, “as pessoas veriam quem realmente manda no país”. Efraim Morais (PFL-PB) disse, em aparte, que aceitava o desafio de Ideli, mas que ela tomasse cuidado, porque a maioria do Congresso pertence à base do governo.

Ao relatar a criação do PT, Ideli afirmou que movimento popular, sindicalismo rural, intelectualidade e partidos clandestinos integraram a fundação do partido, marcando-o pela diversidade e ousadia. Ela recordou discurso do militante histórico Mário Pedrosa, segundo o qual “a marcha do PT é longa como a própria história”.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que a funda-



**HISTÓRIA** Ideli lembra que diversidade e ousadia marcaram a formação do partido

ção do partido contou com a presença dos sindicalistas Lula, Jacó Bittar, Djalma Bom, Devanir Ribeiro, e de intelectuais como o falecido Mário Pedrosa, dentre outros.

## Efraim aponta morosidade nas ações do governo

O senador Efraim Morais (PFL-PB) criticou ontem a afirmação de Luiz Inácio Lula da Silva, em seu programa radiofônico *Café com o Presidente*, de que “o governo pode liberar FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para recuperação de casas destruídas por enchentes”.

– Faço um desafio, o governo

faça o levantamento: 99% dos desabrigados estão desempregados. Será que o presidente da República esqueceu que, para se ter o FGTS, tem de ter carteira assinada? – indagou.

Efraim, líder da oposição no Senado, citou frases do presidente Lula transcritas pelas agências de notícias, segundo as quais o governo vai

esperar o término das chuvas para discutir com prefeitos e governadores como serão construídas as casas. Segundo as agências, o presidente da República defendeu que as prefeituras dêem o terreno, que os governos façam a urbanização e que o governo federal financie a construção das casas.

O senador citou também entre-

vista do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, na qual ele manifesta o temor de que as chuvas aumentem em fevereiro e março.

– Será que vai ser possível esperar este tempo todinho? Temos mais de 200 mil desabrigados, várias mortes, as estradas estão interrompidas, e o governo vai esperar que as chuvas passem? – afirmou Efraim.

Moreira Moritz



**URGÊNCIA** Aumento de desabrigados requer apoio imediato, apela Efraim

Roosevelt Pinheiro



**COBRANÇA** Para ACM, é preciso “resguardar o caráter moral das pessoas”

## Antonio Carlos defende lei de responsabilidade para imprensa

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu o exame pelo Congresso dos projetos em tramitação que tratam da criação de uma lei de responsabilidade para a imprensa. Ele opinou que, enquanto não for aprovada uma legislação sobre o assunto, jornalistas que caluniam, mentem e infamam continuarão impunes.

– Que não se diga amanhã que estou querendo uma “lei da mordada”. Ao contrário, sou contra a “lei da mordada”, mas a favor de uma lei de responsabilidade. É necessário que haja uma legislação para resguardar o caráter moral das pessoas. Ninguém deseja que acabe o jornalismo investigativo, mas é preciso que o Congresso não se intimide diante dos que fazem chantagem – afirmou.

Algumas notas publicadas recentemente em colunas de jornais como *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*, nas quais o senador baiano consta como protagonista, foram desmentidas por Antonio Carlos. Ele negou informações divulgadas pela coluna “Painel”, da *Folha*, sobre suas posições partidárias. Também reclamou que o *Jornal do Brasil* venha publicando apenas na seção “Carta ao Leitor” os desmentidos que tem encaminhado.

Antonio Carlos, sem citar o nome, também falou que um colunista – que não pertence à *Folha* nem ao *Jornal do Brasil* – informou, de forma inverídica, que ele tivera um incidente com Roseana Sarney (MA) por causa da liderança do PFL, durante o enterro da avó da senadora, dona Kyola, mês passado.

# Juvêncio: Funai estimula índios a ocuparem terras

■ Senador destaca documento em que fazendeiros relatam situação tensa nas terras ocupadas

Em vez de cuidar dos verdadeiros interesses dos índios brasileiros, a Fundação Nacional do Índio (Funai) está deixando que eles freqüentemente “a escola da malandragem e do crime”, de acordo com o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS). A prova disso é que, durante as ocupações que comunidades terenas têm empreendido no estado de Mato Grosso do Sul, foram vistos indígenas encapuzados.

– Os índios são mansos e estão sendo usados. A Funai está insuflando a ficar em áreas que já deveriam ter sua posse reintegrada por força de sentença judicial – denunciou Juvêncio.

O senador leu trechos de um



**DENÚNCIA** Segundo Juvêncio da Fonseca, índios arrendaram pastagem a terceiros

documento assinado por fazendeiros de vários municípios relatando a situação tensa vivida nas terras ocupadas, onde, segundo Juvêncio da Fonseca, não teria havido ainda conflito violento em razão da competência das polícias Federal e estadual. Em pelo menos uma fazenda, os índios teriam arrendado a terra a terceiros para utilização de pastagens. Juvêncio alertou para o risco de conta-

minação dos animais pela febre aftosa com a manipulação de rebanhos não controlados pelas autoridades do Ministério da Saúde.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) apoiou o discurso do senador sul-matogrossense e pediu respeito à lei e às decisões judiciais. Já o senador Demostenes Torres (PFL-GO) mostrou os próprios olhos (que classificou como “puxadinhos”) para dizer que também é descendente de índios, merecendo, por isso, um pedaço de terra.

Ao falar como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou sobre a audiência pública convocada especialmente para tratar dos conflitos entre índios e fazendeiros em Mato Grosso do Sul e Roraima, com a presença do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; do presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes; e do ministro da Defesa, José Viegas Filho.

## Marcelo Crivella quer providências urgentes contra roubo de arma



**Para Crivella, sociedade não agüenta descaso**

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) protestou contra o contínuo roubo de armas de grosso calibre e munição de quartéis das Forças Armadas no Brasil. Segundo ele, nos últimos meses mais de 30 fuzis e pistolas, armas de uso privativo das Forças Armadas, foram roubadas no Rio de Janeiro, indo parar nas mãos do crime organizado.

– A sociedade não agüenta mais tanto descaso das autoridades com armas que mais tarde são usadas para matar cidadãos inocentes. O comandante do quartel é responsável por tudo o que acontece em sua unidade, e fatos como esses não podem passar em branco – disse.

Crivella lamentou a falta de segurança nas delegacias do Rio, como demonstra a fuga de 49 presos da Polinter, na zona portuária da cidade, no último domingo. Ele comentou que a fuga se deu pela porta da frente da delegacia e não foi notada, apesar de o sistema de monitoramento por vídeo estar funcionando.

## Mozarildo sugere redivisão territorial em quatro estados



**Mozarildo: novas unidades geram desenvolvimento**

Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) defendeu a criação dos estados do Solimões, com a divisão do Amazonas; do Tapajós, com a divisão do Pará; e do Triângulo, na área do chamado Triângulo Mineiro, em Minas Gerais; e dos territórios federais do Rio Negro, no Amazonas; e do Araguaia, no Tocantins. O senador explicou que a criação de novas unidades federativas é a única maneira de levar o desenvolvimento a essas regiões e redesenhar o mapa demográfico do país, atenuando os efeitos da migração desordenada para os estados mais ricos.

Mozarildo lembrou que o estado de Roraima, do qual é representante no Senado, é o que tem maior crescimento demográfico no Brasil, devido à migração de brasileiros que buscam um futuro melhor. “Essa dinâmica só se estabeleceu a partir da elevação de Roraima à condição de estado, há 12 anos”, explicou.

## Homenagem à escritora Hilda Hilst

De acordo com requerimentos apresentados pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), o Senado encaminhará condolências à família da poetisa Hilda Hilst, que morreu no último dia 3, aos 74 anos. Em nome da Mesa, o senador Paulo Paim (PT-RS) somou-se às homenagens.

Ao fazer o encaminhamento do seu requerimento, Suplicy comentou que, por ser considerada de vanguarda, a poetisa dependia de pequenas editoras, com pequenas tiragens.

– Seus livros não tiveram grande sucesso no seu tempo de vida. Mas, tal como no caso de outros artistas que também não foram reconhecidos enquanto vivos e mais tarde vieram a ter suas obras reconhecidas como de grande valor, é muito provável que os trabalhos de Hilda Hilst venham a ter cada vez maior sucesso – afirmou Suplicy.

O senador por São Paulo lembrou que, em 2002, o jornalista Wagner Carelli, para popularizar a obra da poetisa, resolveu reeditar alguns dos seus títulos. Suplicy informou que, por intermédio da Editora Globo, 11 títulos já foram publicados. Ainda este mês, acrescentou, estará à venda a obra *Baladas*, e, em abril, está programado o relançamento de *O Caderno Rosa de Lory Lamby*.

## Pesar pela morte de José Haroldo Castro Vieira

O Senado vai encaminhar voto de pesar pelo falecimento de José Haroldo Castro Vieira, ex-secretário-geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). Ele morreu na tarde da última sexta-feira, vítima de complicações surgidas durante uma cirurgia renal. O requerimento propondo a homenagem foi apresentado pelo senador César Borges (PFL-BA).

## Cerimônias por “Meu Pai” no Rio Grande do Norte

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) registrou ontem as cerimônias que estão sendo realizadas em homenagem ao líder político potiguar Avelino Matias Xavier, conhecido como “Meu Pai”.

Morto aos 75 anos no sábado, Meu Pai foi enterrado em Brejinho, cidade da qual foi prefeito por duas vezes, e onde será realizada missa de sétimo dia no próximo sábado, informou Garibaldi.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Mão Santa